



RELATÓRIO DE ATIVIDADE E CONTAS EXERCÍCIO DE 2020



Índice

Relatório de Atividades	3
Nota Prévia	3
Perspetiva Global da Instituição	5
Área da Saúde	6
Área Social	7
Área Cultural	7
Projeto "Anadia Maior"	7
Perspetiva para o ano de 2021	8
Proposta de Aplicação de Resultados	9
Eventos Subsequentes	9
Informações Exigidas por Diplomas Legais	9
Agradecimentos	9
Demonstrações Financeiras	11
Balanço	11
Demonstração de Resultados	12
Demonstração de Fluxos de Caixa	13
Anexo às Demonstrações Financeiras	14
1. Identificação da Entidade	14
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	14
3. Principais Políticas Contabilísticas	15
3.1. Bases de Apresentação	15
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	16
4. Ativos Fixos Tangíveis	19
5. Ativos Intangíveis	20
6. Inventários	21
7. Rédito	21
8. Subsídios do Governo e Apoios do Governo	22
9. Benefícios dos Empregados	23
10. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais	24
11. Outras Informações	25
11.1. Investimentos Financeiros	25
11.2. Créditos a receber	26
11.3. Outros ativos correntes	27



11.4. Diferimentos	28
11.5. Caixa e Depósitos Bancários	28
11.6. Fundos Patrimoniais	29
11.7. Financiamentos Obtidos	29
11.8. Fornecedores	30
11.9. Estado e Outros Entes Públicos	30
11.10. Outros Passivos Correntes	31
11.11. Fornecimentos e Serviços Externos	32
11.12. Outros Rendimentos	32
11.13. Outros Gastos	32
11.14. Juros e Rendimentos similares Obtidos	33
11.15. Juros e Rendimentos similares Suportados	33
11.16. Acontecimentos após a data do Balanço	33
Anexo Auxiliar	34
1. Demonstração de Resultados por Natureza – Saúde/Social/Cultura/Projeto “Anadia Maior”	34
2. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo	35
3. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo Saúde	36
4. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo Social	37
5. Demonstração de Resultados por Natureza – Áreas Funcionais	38
6. Demonstração de Resultados por Natureza – Saúde	39
7. Demonstração de Resultados por Natureza – Social	40



Relatório de Atividades

Nota Prévia

O ano de 2020 foi um ano atípico a nível mundial, marcado pela pandemia de COVID-19 (também conhecida como pandemia de coronavírus). A COVID-19 é uma doença respiratória causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2) e foi identificada pela primeira vez em dezembro de 2019 na localidade de Wuhan - República Popular da China. Além dos impactos normais associados a uma pandemia, elevado número de infetados e de óbitos, a COVID-19 obrigou ao “fecho” das economias, originando graves impactos sociais e económicos.

- **Janeiro de 2020:** Devido em grande parte ao Ano Novo Chinês e ao facto de Wuhan ser um importante centro ferroviário, o vírus espalhou-se por outras províncias chinesas.

No final de janeiro de 2020 foram detetados os primeiros casos da doença na Europa, mais propriamente em Itália.

- **Março de 2020:** A 2 de março de 2020, Portugal confirmou os primeiros casos de coronavírus.

A 13 de março o Presidente da República Portuguesa promulgou o 1.º Diploma com as Medidas Extraordinárias decretadas pelo Governo (Decreto-Lei n.º 10-A/2020 que entraria em vigor a 16 de março) entre as quais, a suspensão de todas as “atividades letivas e não letivas com presença de crianças em estabelecimentos de ensino particulares, cooperativos e do setor social e solidário de educação pré-escola e em equipamentos de apoio à primeira infância (incluindo creche, creche familiar e amas) ou deficiência” e “as atividades de apoio social desenvolvidas em centros de atividades ocupacionais, centros de dia e centros de atividades de tempos livres”.

A 16 de março regista-se o primeiro óbito em Portugal causado pelo vírus. A 18 de março o Presidente da República decreta o 1.º Estado de Emergência que contemplava o confinamento obrigatório e restrições à circulação na via pública. Com o país em confinamento, surgem a 21 de março as primeiras notícias de infeções em lares de idosos. A partir desse momento as infeções e mortes em lares passaram a ser uma constante. Ainda no mês de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS), declarou o surto como sendo uma pandemia.

- **Abril de 2020:** A 9 de abril o Primeiro-Ministro Português anunciou que até ao 9º ano de escolaridade todo o terceiro período escolar seria feito através do ensino à distância, mantendo-se os apoios às famílias com menores de 12 anos. A 30 de abril o Governo aprova em Conselho de Ministros um plano de transição do Estado de Emergência para uma Situação de Calamidade Pública.



- **Maio de 2020:** A 3 de maio termina o Estado de Emergência e inicia-se a situação de calamidade.
A 18 de maio reabrem-se os restaurantes e cafés e dá-se início às aulas presenciais para o 11º e 12º ano. Nessa mesma data é dada permissão às creches para reabrirem.
No dia 29 de maio o Governo aprova a terceira fase do plano de desconfinamento.
- **Julho de 2020:** A 1 de julho Portugal passou a situação de alerta.
- **Agosto:** A 3 de agosto Portugal registou o primeiro dia sem vítimas mortais por COVID-19 desde o início da pandemia.
- **Setembro de 2020:** O ano letivo no ensino básico e secundário iniciou com aulas presenciais sujeitas a regras específicas de circulação nos espaços e ao uso obrigatório de máscara. A 15 de setembro todo o território continental passou a situação de contingência devido ao regresso às aulas e ao trabalho presencial.
A 18 de setembro o Primeiro-Ministro convocou o gabinete de crise para reunião de urgência face ao aumento contínuo de novos casos diários.
- **Outubro de 2020:** A 14 de outubro Portugal passou da situação de contingência para a situação de calamidade devido à gravidade da evolução da pandemia.
A 31 de outubro o Governo anunciou o confinamento parcial em concelhos com mais de 240 casos de coronavírus por 100 mil habitantes nos últimos 14 dias (são abrangidos 121 municípios).
- **Novembro de 2020:** A 9 de novembro é decretado recolher obrigatório entre as 23:00 e as 05:00 durante a semana nos 121 municípios mais afetados. Ao fim de semana, nesses mesmos concelhos, o recolher obrigatório passou a ser a partir das 13 horas. A 12 de novembro o Primeiro-Ministro anuncia o encerramento do comércio e restauração às 13:00 nos dois fins de semana seguintes e explica que a abertura dos estabelecimentos só pode ocorrer a partir das 08:00.
A 24 de novembro, com o renovar do Estado de Emergência, passou a ser permitido o confinamento compulsivo de pessoas infetadas ou em vigilância ativa, assim como o encerramento total ou parcial de estabelecimentos, serviços e empresas.
- **Dezembro de 2020:** A 3 de dezembro a Direção Geral de Saúde anuncia que a epidemia de COVID-19 atingiu o pico da sua incidência em Portugal no dia 25 de novembro, verificando-se uma tendência de descida.
É apresentado o plano de vacinação, coordenado por Francisco Ramos. Os grupos prioritários são pessoas com mais de 50 anos com patologias associadas, residentes e trabalhadores em lares, e profissionais de saúde e de serviços essenciais.



É permitida a circulação entre concelhos no período do natal no entanto as celebrações de Ano Novo são totalmente proibidas.

A 20 de dezembro o Governo decreta restrições à entrada em Portugal de passageiros de voos provenientes do Reino Unido, só permitida a nacionais ou legalmente residentes, devido a nova variante da covid-19, mais transmissível, detetada no país.

A 21 de dezembro a Agência Europeia do Medicamento (EMA) aprovou a utilização da vacina da Pfizer-BionNTech contra a covid-19 e a 27 de dezembro inicia o plano nacional de vacinação contra a COVID-19 no Hospital de São João, no Porto.

Até 1 de março de 2021, pelo menos 114.043.020 casos da doença foram confirmados em: pelo menos 191 países e territórios, com 2.530.004 mortes e 64.393.739

Perspetiva Global da Instituição

Sendo a Misericórdia de Anadia uma instituição que tem na sua génese a prestação de serviços no seio da comunidade, a sua atividade tal como esperado, foi globalmente muito afetada pela Pandemia. Desde o encerramento de valências/serviços, à diminuição de utentes, os efeitos da doença fizeram-se notar no desempenho económico/financeiro da SCM Anadia.

O Resultado Líquido do Exercício no ano de 2020 ascende a 205.423,23€, verificando-se uma diminuição de cerca de 170.000,00€ face ao período homólogo.

As vendas e prestação de serviços atingiram uma diminuição de aproximadamente 409.000,00€, sendo que 85% deste montante respeita ao setor da saúde.

As principais rubricas de gastos continuam a ser “gastos com pessoal” e “fornecimentos e serviços externos”.



[Handwritten signatures]

	Social	Saúde	Cultura	"Anadia Maior"	Total
Vendas e serviços prestados	893.704,72	5.135.719,81	0,00	0,00	6.029.424,53
Subsídios, doações e legados à exploração	985.448,76	0,00	0,00	50.093,79	1.035.542,55
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-118.670,73	-394.364,31	0,00	-130,40	-513.165,44
Fornecimentos e serviços externos	-417.035,54	-1.868.503,69	-2.061,87	-8.602,66	-2.296.203,76
Gastos com pessoal	-1.566.180,75	-2.043.005,06	-15.697,42	-46.556,50	-3.671.439,73
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-860,92	0,00	0,00	0,00	-860,92
Outras imparidades (perdas/reversões)	26,44	0,00	0,00	0,00	26,44
Outros rendimentos	127.227,23	1.846,32	0,00	0,00	129.073,55
Outros gastos	-6.139,90	-246.514,37	0,00	0,00	-252.654,27
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	-102.480,69	585.178,70	-17.759,29	-5.195,77	459.742,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-102.149,56	-139.880,36	0,00	0,00	-242.029,92
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	-204.630,25	445.298,34	-17.759,29	-5.195,77	217.713,03
Juros e rendimentos similares obtidos	93,22	0,00	0,00	0,00	93,22
Juros e gastos similares suportados	0,00	-12.383,02	0,00	0,00	-12.383,02
Resultado Antes de Impostos	-204.537,03	432.915,32	-17.759,29	-5.195,77	205.423,23
Imposto sobre rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período	-204.537,03	432.915,32	-17.759,29	-5.195,77	205.423,23

Área da Saúde

As necessárias e rigorosas medidas de segurança e sanitárias relativas à Pandemia COVID-19, determinaram a elaboração de um Plano de Contingência exigente e eficaz, mas que, conjugado com a realidade viria a ter consequências na produção e no resultado líquido do exercício, por causa da diminuição da receita e aumento da despesa.

Durante o ano de 2020 foram suspensas:

- Consulta aberta – suspensão desde 16 de março;
- Consulta externa – suspensão de 16 de março a 18 de maio;
- Cirurgia – suspensão de 16 de março a 24 de junho;
- MCDT's – Suspensos de 16 de março a 27 de maio

Apesar de esta ser a área de atividade que atualmente tem maior impacto económico e financeiro na Instituição, constatamos que se verificou uma diminuição da receita de cerca de 347.500,00€.

Da totalidade do valor apresentado na rubrica "vendas e serviços prestados", 2.706.440,06€ dizem respeito à execução do Acordo de Cooperação celebrado com a ARS Centro e o montante de 1.373.706,48€ corresponde à faturação da Unidade de Cuidados Continuados à mesma entidade.

A nível de gastos, é de salientar um aumento nos mesmos que se deveu essencialmente ao material necessário para proteção individual de funcionários e clientes e ao aumento exponencial do custo dos artigos anteriormente referidos.



Área Social

Através de uma rápida análise à Demonstração de Resultados por Natureza podemos facilmente verificar que, comparando os dados de 2020 e 2019, se verificou um decréscimo de 5,7% na rubrica “vendas e serviços prestados” que se deve essencialmente ao facto de as respostas sociais da Infância e Centro de Dia terem estado encerradas em determinados períodos do ano devido à imposição decretada pelo Governo e ao facto de nesses mesmos períodos, por decisão da Mesa Administrativa, não terem sido cobrados valores a quem não foi prestado serviços.

Nesta área, os custos associados aos equipamentos de proteção individual apresentaram um forte impacto no resultado, aumentando o resultado negativo já registado no ano de 2019 para -204.537.03€ (acrécimo de 49% em relação ao ano anterior - 137.021,24€).

O Centro de Dia encerrou a 16 de Março, não se tendo verificado, até à data a sua reabertura. Uma vez que as instalações do Complexo Seabra de Castro são comuns a ERPI e a Centro de Dia, não é possível a sua reabertura, tendo contudo, sido efetuada a domiciliação dos serviços aos utentes que assim o pretenderam.

Área Cultural

Esta área também foi afetada pela pandemia, tendo se verificado o seu fecho no mesmo período dos restantes serviços, não sendo possível avaliar quando será possível obter retorno pelo investimento dado que a população se encontra impossibilitada de o visitar.

Uma vez que esta área não apresenta receita, o seu resultado é composto por gastos em fornecimentos externos e gastos com pessoal.

Projeto “Anadia Maior”

Sendo a Santa Casa da Misericórdia de Anadia uma Instituição sempre aberta a novos desafios, criou o Projeto “Anadia Maior” CLDS-4G que visa a promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa do concelho de Anadia através de ações de combate à solidão e isolamento, socioculturais e de voluntariado.

Com este projeto prevê-se a dinamização de





Fóruns Participativos, Clubes Sêniores, Rede Voluntariado de Proximidade, Festival Sénior, Centro Cultural e Formativo, Gabinetes Apoio à Pessoa Idosa e em situação de pré/pós reforma e ações de desmistificação do envelhecimento.

O Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) levado a cabo pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social apresenta como objetivos principais a promoção da inclusão social de grupos populacionais que revelem maiores níveis de fragilidade social num determinado território, mobilizando para o efeito a ação integrada de diferentes agentes e recursos localmente disponíveis.

Através da Portaria n.º 229/2018 de 14 de agosto, o mesmo Ministério criou a 4.ª geração do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS-4G) que tem como principais objetivos:

- a) Aumentar os níveis de coesão social dos concelhos objeto de intervenção dinamizando a alteração da sua situação sócioterritorial;
- b) Concentrar a intervenção nos grupos populacionais que em cada território evidenciam fragilidades mais significativas, promovendo a mudança na situação das pessoas tendo em conta os seus fatores de vulnerabilidade;
- c) Potenciar a congregação de esforços entre o sector público e privado na promoção e execução dos projetos através da mobilização de atores locais com diferentes proveniências;
- d) Fortalecer a ligação entre as intervenções a desenvolver e os diferentes instrumentos de planeamento existentes de dimensão municipal.

O início do projeto estava previsto para Março de 2020, contudo, devido às contingências já referidas, apenas iniciou a 1 de julho de 2020 tendo o seu termo previsto para 31 de maio de 2023.

O seu financiamento será na totalidade estatal, assegurado na íntegra pelos fundos reservados para o programa em apreço.

Perspetiva para o ano de 2021

O principal objetivo da Instituição para o ano de 2021 passa pela manutenção das valências da Instituição num elevado padrão de qualidade dos serviços prestados mantendo a racionalização de custos que se vem verificando em anos anteriores.

Uma vez que os gastos com o pessoal continuam a ser um dos custos com maior peso para a SCMA e não estando prevista uma redução dos mesmos, pretende-se rentabilizar ao máximo os meios existentes de modo a não colocar em causa a sustentabilidade financeira da Instituição.

As perspetivas para 2021, encontram-se vertidas no Plano de atividades e orçamento aprovado em Assembleia Geral que não prevê qualquer interrupção de atividade para o corrente ano de 2021.



Proposta de Aplicação de Resultados

Para o resultado líquido positivo do período de 205.423,23€ evidenciado na apresentação das contas de 2020, propomos que seja levado à conta de “Resultados Transitados”.

Eventos Subsequentes

Não se registaram fatos relevantes ocorridos após 31 de dezembro de 2020 que possam por em causa os comentários já evidenciados ou contradizer a imagem verdadeira e apropriada das Demonstrações Financeiras.

Informações Exigidas por Diplomas Legais

A Mesa Administrativa informa que a Instituição não apresenta qualquer situação de dívidas em atraso à Administração Tributária e Segurança Social.

Agradecimentos

A Mesa Administrativa vem por este meio agradecer:

- ✓ Aos seus funcionários e prestadores de serviços, pela grande capacidade de adaptação a uma realidade completamente desconhecida e, agradece a sua disponibilidade, entrega e resiliência;
- ✓ Aos seus utentes e familiares, pela colaboração e compreensão e pelas dicas que nos permitem melhorar;
- ✓ Aos voluntários que prestaram um importante apoio aos nossos utentes;
- ✓ Aos restantes Órgãos Sociais e ao Revisor Oficial de Contas, pelo apoio demonstrado;
- ✓ Aos Irmãos da Misericórdia, pelo estímulo que prestaram;
- ✓ Às entidades que institucionalmente colaboram com a SCMA, nomeadamente, a Direção Geral da Segurança Social, a Câmara Municipal de Anadia, a União das Misericórdias Portuguesas, a Administração Regional de Saúde do Centro, o Centro de Emprego, entre outros;
- ✓ A empresas e/ou particulares que, através de donativos ou serviço voluntário, ajudam a prestar o melhor serviço a quem mais necessita.



Anadia, 15 de março de 2021

A Mesa Administrativa:

(Provedor: Eng. Carlos António Soares de Matos)

(Vice-Provedor: Nelson Castro e Silva)

(Tesoureiro: Jorge Manuel Santos Castro)

(Secretário: Serafim Manuel Oliveira Pina)

(Vogal: António Manuel Pereira Henriques)

(Vogal: Delfim Manuel Costa Martins Cabeço)

(Vogal: Osvaldo Pereira Dias)



Demonstrações Financeiras

Balanço

Santa Casa da Misericórdia de Anadia

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2020	31-12-2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4.1	2.805.751,88	2.992.619,77
Ativos intangíveis	5	5.445,04	10.489,59
Investimentos financeiros	11.1	41.076,00	30.817,32
Subtotal		2.852.272,92	3.033.926,68
Ativo corrente			
Inventários	6	121.227,60	54.757,13
Créditos a receber	11.2	1.241.108,25	630.889,90
Estado e outros Entes Públicos	10.10	8.147,56	6.008,44
Diferimentos	11.4	28.310,37	39.862,19
Outros ativos correntes	11.3	1.024.770,01	1.462.182,92
Caixa e depósitos bancários	11.5	1.498.022,19	1.589.377,05
Subtotal		3.921.585,98	3.783.077,63
Total do ativo		6.773.858,90	6.817.004,31
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.6	920.353,09	920.353,09
Resultados transitados	11.6	2.900.733,76	2.525.681,99
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	11.6	517.328,48	500.357,63
		4.338.415,33	3.946.392,71
Resultado Líquido do Período		205.423,23	375.051,77
Total dos fundos patrimoniais		4.543.838,56	4.321.444,48
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11.7	446.767,04	609.111,23
Outras dívidas a pagar	12.9	15.013,77	20.018,33
Subtotal		461.780,81	629.129,56
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	397.651,61	455.858,42
Estado e outros Entes Públicos	11.9	97.420,19	105.670,68
Financiamentos obtidos	11.7	160.903,56	157.754,64
Diferimentos	11.4	13.012,40	10.012,40
Outros passivos correntes	11.10	1.099.251,77	1.137.134,13
Outros passivos financeiros			
Subtotal		1.768.239,53	1.866.430,27
Total do passivo		2.230.020,34	2.495.559,83
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6.773.858,90	6.817.004,31

O CONTABILISTA CERTIFICADO,

Assinado digitalmente
e e 90744

A MESA ADMINISTRATIVA,

Assinado digitalmente
Assinado digitalmente
Assinado digitalmente



Demonstração de Resultados

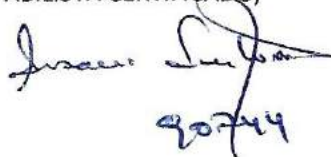
Santa Casa da Misericórdia de Anadia

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	7	6.008.804,00	6.418.515,20
Subsídios, doações e legados à exploração	8	1.035.542,55	902.024,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-513.165,44	-527.087,43
Fornecimentos e serviços externos	11.12	-2.208.199,87	-2.536.370,93
Gastos com o pessoal	9	-3.671.439,73	-3.379.882,52
Outras Imparidades (perdas)	11.2	26,44	19,93
Outras Imparidades (reversões)	11.2	-860,92	-
Outros rendimentos	11.3	61.690,19	61.134,13
Outros gastos	11.14	-252.654,27	-305.247,62
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		459.742,95	633.104,77
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4+5	-242.029,92	-243.685,22
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		217.713,03	389.419,55
Juros e rendimentos similares obtidos	11.15	93,22	3.359,37
Juros e gastos similares suportados	11.16	-12.383,02	-17.727,15
Resultados Antes de Impostos		205.423,23	375.051,77
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado Líquido do Período		205.423,23	375.051,77

O CONTABILISTA CERTIFICADO,


20744

A MESA ADMINISTRATIVA,





Demonstração de Fluxos de Caixa

Santa Casa da Misericórdia de Anadia

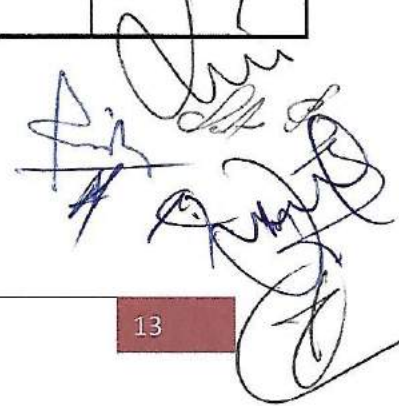
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes e utentes	5.609.260,46	5.546.165,37
Pagamento a fornecedores	-3.077.949,26	-2.941.547,71
Pagamentos ao pessoal	-3.664.904,69	-3.287.035,66
Caixa gerada pelas operações	-1.133.593,49	-682.418,00
Outros recebimentos/pagamentos	1.010.765,88	896.686,67
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-122.827,61	214.268,67
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-25.610,00	-333.615,34
Ativos intangíveis		-8.733,00
Recebimentos provenientes de:		
Outros ativos	211.690,19	89.364,57
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	186.080,19	-252.983,77
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Doações	16.970,85	
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-159.195,27	-156.184,45
Juros e gastos similares	-12.383,02	-17.727,15
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-154.607,44	-173.911,60
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-91.354,86	-212.626,70
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.589.377,05	1.802.003,75
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.498.022,19	1.589.377,05

O CONTABILISTA CERTIFICADO,


90744





Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Anadia (SCMA) é uma Entidade Sem Fins Lucrativos, fundada em 1908, por um grupo de cidadãos, entre os quais José Luciano de Castro, um dos mais influentes políticos portugueses das últimas décadas da Monarquia e chefiou o governo da nação durante vários anos.

A Misericórdia de Anadia é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

Esta Instituição tem a sua sede na Rua Alexandre Seabra, nº 29, em Anadia, com NIPC 501 229 574 exercendo a sua atividade no concelho de Anadia nas áreas de Saúde, Terceira Idade e Infância.

Na área da Saúde, detém desde 1 de janeiro de 2015, o Hospital José Luciano de Castro através de Acordo de Cooperação com a ARS Centro, em parceria de gestão com a União das Misericórdias Portuguesas, e desde essa data que, tem por missão, oferecer à população cuidados de saúde diferenciados.

Na área da Terceira Idade dispõem de duas Estruturas Residências para Idosos (Lar José Luciano de Castro e Lar Seabra de Castro) e presta serviços de Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

Na área da Infância, a SCM Anadia presta serviços de Creche e Pré-Escolar.

A Instituição detém ainda, no seu Palacete Seabra de Castro, o Museu José Luciano de Castro que se encontra aberto à comunidade com exposições permanentes e outras itinerantes.

No ano de 2020, a SCM Anadia deu início a um novo projeto “Anadia Maior” no âmbito do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) levado a cabo pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) Esta apresentação de Resultados está sujeita por imposição legal, ao processo de relato financeiro nos termos do SNC, aprovado pelo DL nº 158/2009 de 13/07 e nos termos do regime de normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo, aprovado pelo DL nº 36-A/2011 de 09/03 que é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);



- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela SCMA na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a SCMA continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Outros ativos correntes*” (Notas 11.3) e “*Diferimentos*” (Nota 11.4)

Consistência na Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras



influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

Ativos Fixos Tangíveis, Intangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a SCMA tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

Para as aquisições até 31 Dez 2011 a SCMA deprecia os seus bens de acordo com as taxas do DL 78/89, sendo que desde 2012 para todas as aquisições a partir desse ano passou a utilizar as taxas de depreciação do Decreto Regulamentar 25/2009.

As depreciações são calculadas com base nas taxas acima referidas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:



[Handwritten signatures and initials]

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	25-50
Equipamento básico	6-10
Equipamento de transporte	6
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6-10
Outros ativos fixos tangíveis	6-10

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a SCMA tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são mensurados ao custo.

Esta rubrica inclui ainda, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A SCMA adota como método de custeio dos inventários o FIFO. (*first in, first out*).



[Handwritten signatures and initials]

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Ativos não correntes detidos para Venda (ANCDV)

Os ANCDV são classificados como detidos para venda se a respetiva quantia escriturada for realizável através de uma transação de venda e não pelo uso continuado

Considera-se que esta situação se verifica apenas quando:

A venda é provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições

A gestão está comprometida com um plano de venda.

É expectável que a venda se realize num período de 12 meses

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre a quantia estimada e o respetivo justo valor deduzido dos custos expectáveis com a sua venda

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Financiamentos Obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, contando na Demonstração de Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo;
- Resultados Transitados, ou seja, resultados gerados em períodos anteriores, e
- Ajustamentos/Outras Variações, decorrentes de donativos monetários recebidos e do processo de transição da Norma das ESNL.



9

Handwritten signatures and initials.

Estado e Outros Entes Públicos

A SCMA é uma entidade isenta de IRC nos termos a alínea b) do nº 1 do artigo 10º do Código do IRC, pelo facto de ser uma instituição particular de solidariedade social, e exercer efetivamente, a título exclusivo, as atividades constantes dos seus estatutos. Adicionalmente, na sequência da atualização dos referidos estatutos, foi solicitado à Direção Geral da Segurança Social, o seu registo, pedido que se encontra já deferido.

De salientar ainda que, por declaração da DGCI de 15/9/89, publicada no DR III Série nº 238 de 16 Outubro, foi reconhecido à SCMA isenção de IMI e IMT.

4. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Alienações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
Terrenos e recursos naturais - AFT	20.501,21	-	-	-	-	20.501,21
Terrenos e recursos naturais - PI	156.193,59	-	-	-	-	156.193,59
Edifícios e outras construções - AFT	3.321.630,28	119.143,22	-	-	-	3.440.773,50
Edifícios e outras construções - PI	412.325,60	159.255,38	-	(143.107,46)	-	428.473,52
Equipamento básico	1.116.853,31	89.474,14	-	-	-	1.206.327,45
Equipamento de transporte	157.460,19	37.695,50	-	-	-	195.155,69
Equipamento administrativo	92.143,46	16.208,93	-	-	-	108.352,39
Outros ativos fixos tangíveis	26.499,74	-	-	-	-	26.499,74
Investimentos em curso	2.706,00	136.374,04	-	(115.511,62)	-	23.568,42
Total	5.306.313,38	558.151,21	-	(258.619,08)	-	5.605.845,51
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais - AFT	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais - PI	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções - AFT	1.268.764,25	70.367,44	-	-	-	1.339.131,69
Edifícios e outras construções - PI	208.651,04	8.584,41	-	-	-	217.235,45
Equipamento básico	695.144,54	127.557,93	-	-	-	822.702,47
Equipamento de transporte	99.357,31	24.243,03	-	-	-	123.600,34
Equipamento administrativo	75.557,68	8.726,74	-	-	-	84.284,42
Outros ativos fixos tangíveis	25.654,90	616,47	-	-	-	26.271,37
Total	2.373.129,72	240.096,02	-	-	-	2.613.225,74

31 de Dezembro de 2020

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Alienações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais - AFT	20.501,21					20.501,21
Terrenos e recursos naturais - PI	156.193,59					156.193,59
Edifícios e outras construções - AFT	3.440.773,50	16.334,40		23.290,41		3.480.398,31
Edifícios e outras construções - PI	428.473,52			(16.896,12)		411.577,40
Equipamento básico	1.206.327,45	20.974,28				1.227.301,73
Equipamento de transporte	195.155,69	-				195.155,69



[Handwritten signatures and initials]

Equipamento administrativo	108.352,39	4.635,72				112.988,11
Outros ativos fixos tangíveis	26.499,74					26.499,74
Investimentos em curso	23.568,42	24.575,40		(23.568,42)		24.575,40
Total	5.605.845,51	66.519,80	-	(17.174,13)	-	5.655.191,18
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais - AFT	-					-
Terrenos e recursos naturais - PI	-					-
Edifícios e outras construções - AFT	1.339.131,69	77.050,91				1.416.182,60
Edifícios e outras construções - PI	217.235,45	8.246,49		(771,81)		224.710,13
Equipamento básico	822.702,47	116.395,89				939.098,36
Equipamento de transporte	123.600,34	26.599,00				150.199,34
Equipamento administrativo	84.284,42	8.483,88				92.768,30
Outros ativos fixos tangíveis	26.271,37	209,20				26.480,57
Total	2.613.225,74	236.985,37	-	(771,81)	-	2.849.439,30

Em Assembleia Geral realizada em 30 de Novembro de 2020 foi autorizada pelos Irmãos a venda dos imóveis sítos em Espinho e Moita (Anadia).

É ainda importante ressaltar que a na rubrica "Edifícios e outras construções – AFT" consta o Edifício afeto ao HLJC que se encontra hipotecado conforme nota 11.8.

5. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
Programas de Computador	13.244,34	8.733,00	-	-	-	21.977,34
...	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	13.244,34	8.733,00	-	-	-	21.977,34
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	7.898,55	3.589,20	-	-	-	11.487,75
...	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	7.898,55	3.589,20	-	-	-	11.487,75

31 de Dezembro de 2020

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Programas de Computador	21.977,34	-	-	-	-	21.977,34
...	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	21.977,34	-	-	-	-	21.977,34
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	11.487,75	5.044,55	-	-	-	16.532,30
...	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	11.487,75	5.044,55	-	-	-	16.532,30



6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Detalhe	2019	2020
Géneros Alimentares	0,00	4.391,66
Material Clínico	30.545,18	80.848,71
Material Hoteleiro, Administrativo e Manutenção	7.085,09	15.362,49
Produtos Farmacêuticos	17.126,86	20.624,74
Total	54.757,13	121.227,60

CMVMC	2020	2019
Saúde	-394.364,31	-446.209,46
Social	-118.801,13	-80.877,97
Total	-513.165,44	-527.087,43

Os inventários referem-se ao *stock* físico existente na SCMA em 31/12/2020 e em 31/12/2019, é composto essencialmente por material descartável de apoio às diversas valências, produtos farmacêuticos e material administrativo.

Tal como referido anteriormente, verificou-se um aumento com os custos respeitantes aos Equipamentos de Proteção Individual, fazendo parte do material clínico, nomeadamente fatos de proteção, máscaras, luvas e outro material descartável. Dada a dificuldade verificada em alguns momentos na entrega do material, foi necessário reforçar os *stocks* mínimos da Instituição.

7. Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas	-	-
Prestação de Serviços:		
Infância e Juventude	68.312,18	78.316,50
Terceira Idade	799.056,14	835.220,05
Saúde - Hospital	5.115.099,28	5.472.083,39
Quotas e Joias	4.398,50	3.808,50
Outros rendimentos	21.937,90	29.086,76
...	-	-
Total	6.008.804,00	6.418.515,20

O rédito das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento das transações à data do balanço.

Na componente hospitalar, no que respeita à produção realizada no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC), o rédito é reconhecido no momento da realização das cirurgias e mensurado pelo valor indicado nos vales cirúrgicos cativados. Eventuais ajustes face à codificação dos atos praticados, nos termos da portaria que regula os preços, são prudentemente registados quando



[Handwritten signatures and initials]

validados por parte da Administração Regional de Saúde (ARS) e respetivo hospital de origem.

As prestações de serviços da SCM Anadia na área social sofreram um decréscimo na área da Infância de 12% e na Terceira Idade de 5%, essencialmente devido ao encerramento de serviços já referido anteriormente.

No setor da Saúde também se verifica um decréscimo totalmente justificado pelo fecho dos serviços no período compreendido entre Março e Maio.

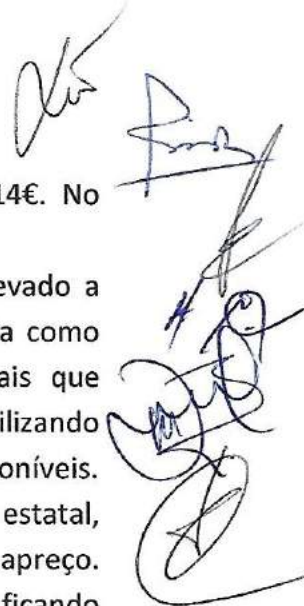
Atividade	Designação	2020	2019
Produção do Acordo de Cooperação	Consulta Externa	449.034,30	515.275,60
	Cirurgia ambulatório	2.122.407,08	2.049.722,75
	Incentivos	134.998,68	134.999,93
SIGIC	Cirurgia ambulatório	529.244,84	668.604,91
Atividade Convencionada	MCDT	324.595,14	530.951,87
Atividade Própria	Consulta Aberta	181.112,76	206.604,76
Atividade Própria	UCC	1.373.706,48	1.365.923,57
Total		5.115.099,28	5.472.083,39

8. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Governo	971.809,62	895.576,02
Centro Regional de Segurança Social	971.809,62	895.576,02
Infância e Juventude	265.865,24	267.064,35
Terceira Idade	705.944,38	628.511,67
...	-	-
Apoios do Governo	63.732,93	6.447,99
QREN - MASES	-	-
IEFP - Estágios	-	-
IEFP - POC	209,19	941,33
ISS - Programa Adaptar Social +	3.999,07	-
ISS - CLDS 4G - Anadia Maior	50.093,79	-
Município de Anadia	7.250,00	4.000,00
Outros	2.180,88	1.506,66
Total	1.035.542,55	902.024,01

Foram aprovadas pelo Governo uma série de medidas para fazer face aos efeitos da pandemia nas Empresas/Instituições, nomeadamente o “Programa Adaptar Social +” que pretende mitigar os custos acrescidos para o restabelecimento das condições de funcionamento das respostas sociais, sendo apoiados, nomeadamente, os custos de aquisição e equipamentos de proteção individual para trabalhadores e utentes, equipamentos de higienização e alterações de *layout* dos equipamentos das respostas sociais. Neste sentido foi submetido um pedido no valor de 9.997,68€ tendo



sido aprovado, tal como programado o apoio de 80% desse valor, 7.998,14€. No decorrer do ano de 2020 já foi liquidado 50% do valor aprovado.

O Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) levado a cabo pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social apresenta como objetivos principais a promoção da inclusão social de grupos populacionais que revelem maiores níveis de fragilidade social num determinado território, mobilizando para o efeito a ação integrada de diferentes agentes e recursos localmente disponíveis. O seu financiamento será de aproximadamente 340.000,00 na totalidade estatal, assegurado na íntegra pelos fundos reservados para o programa em apreço. Relativamente ao ano de 2020 foi apurado um valor de gastos de 50.093,79€ ficando ainda disponível para os próximos 3 anos o valor aproximado de 290.000,00€.

9. Benefícios dos Empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, no período de 2020 foi de 18 elementos e em 2019, 21 elementos.

Os órgãos diretivos da SCMA não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2020 foi de 241 e em 2019 foi de 219.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	2.900.424,32	2.672.714,07
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	20.000,00	-
Encargos sobre as Remunerações	632.494,70	586.574,25
Caixa Geral de Aposentações	112.796,08	115.850,21
Segurança Social	518.565,33	469.948,51
Fundo de Compensação	1.133,29	775,53
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	18.261,07	22.076,19
Gastos de Ação Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	100.259,64	98.518,01
Total	3.671.439,73	3.379.882,52

O aumento que se verifica nos Gastos com Pessoal prende-se essencialmente com o aumento do salário mínimo nacional de 600€ para 635€, bem como com a contratação de elementos que se encontravam em regime de prestação de serviços na área da saúde, por forma a ficarem afetados a 100% à Instituição dada a impossibilidade de mobilidade entre unidades hospitalares. Foram ainda contratados 9 elementos para a parte social de modo a fazer face ao Plano de Contingência e equipas de trabalho em espelho.

A 31/12/2020 a SCMA contava com os seguintes recursos humanos no seu quadro de pessoal



[Handwritten signatures and initials]

SAÚDE	Trabalhadores de Serviços Gerais	44
	Assistentes Administrativos	18
	Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	13
	Técnicos Superiores	7
	Enfermeiros	20
	Diretor-Coordenador	1
	Médicos	1
	Outros	2
SOCIAL	Infância	
	Educadoras de Infância	5
	Auxiliares	11
	Trabalhadores de Serviços Gerais	2
	Terceira Idade	
	Auxiliares	59
	Trabalhadores de Serviços Gerais	18
	Técnicos Superiores	9
	Apoio às diversas respostas sociais	
	Trabalhadores de Serviços Gerais	6
	Trabalhadores afetos à cozinha	12
	Enfermeiros	1
	Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	1
	Outros	2
CULTURA	Técnicos Superiores	1
ANADIA MAIOR	Técnicos Superiores	4
APOIO ADMINISTRATIVO	Assistentes Administrativos	2
	Técnicos Superiores	1
	Diretor-Coordenador	1
		241

No momento o quadro da instituição conta ainda com cerca de 25 funcionários que ficaram em Regime de Cedência de Interesse Público, cujos vencimentos e regalias são assegurados pela SCMA.

10. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

A SCMA não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei, informa-se que a situação da SCMA perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



(Handwritten signatures and initials)

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Investimentos Financeiros	2020	2019
Inv. Associadas -Outros métodos:		
Agrofelgue Lda	2.493,99	2.493,99
Empréstimos	1.643,26	1.643,26
Investimentos noutras empresas:		
Títulos Dívida Pública CGD	249,40	249,40
Ações CCAM	100,00	100,00
Outros Investimentos - FCT	35.010,37	24.787,88
Fundo Reestruturação do Setor Solidário	1.585,21	1.585,21
Perdas por imparidade acumuladas	-6,23	-42,42
Total Líquido	41.076,00	30.817,32

A. Investimentos em Associadas -Outros métodos:

Trata-se de uma participação financeira de 50% na “**Agrofelgue, Lda**” sediada em Anadia, que se encontra mensurada pelo método do custo.

Os investimentos em associadas apresentam o seguinte detalhe:

31 de Dezembro de 2019

Investimentos em empresas associadas	Sede	Capitais próprios 31-Dez-18	% participação	Partes de capital	Goodwill	Empréstimos	Provisões	Saldo em 31-Dez-19
Agrofelgue, Lda	Anadia	ND	50%	2.493,99	0,00	1.643,26	0,00	4.137,25
				2.493,99	0,00	1.643,26	0,00	4.137,25

31 de Dezembro de 2020

Investimentos em empresas associadas	Sede	Capitais próprios 31-Dez-19	% participação	Partes de capital	Goodwill	Empréstimos	Provisões	Saldo em 31-Dez-20
Agrofelgue, Lda	Anadia	ND	50%	2.493,99	0,00	1.643,26	0,00	4.137,25
				2.493,99	0,00	1.643,26	0,00	4.137,25

Os saldos e transações com a associada “**Agrofelgue, Lda**” apresentam-se no quadro seguinte:

Transações	2020	2019
Rendas (Conta 78)	12.000,00€	12.000,00€
Saldos	2020	2019
Empréstimos concedidos (Conta 41)	1.643,26€	1.643,26€



B. Investimentos noutras empresas:

Quanto aos investimentos noutras empresas de que abaixo se apresenta detalhe encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

	31-dez-20	31-dez-19
Método Justo valor		
Ações CCAM	100,00	100,00
Títulos Dívida Pública CGD	249,40	249,40
Fundo Reestruturação Setor Social	1.585,21	1.585,21
Outros Investimentos - FCT	35.010,37	24.787,88
	36.944,98	26.722,49
Perdas por imparidade acumuladas	-6,23	-42,42
Sub-Total	36.938,75	26.680,07
Total Líquido	36.938,75	26.680,07

Fundo de Reestruturação do Setor Social (FRSS)

O Fundo de Reestruturação do Setor Social, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 165-A/2013 e destina-se ao apoio da reestruturação e da sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Segurança Social (IPSS) e equiparadas, permitindo, desta forma, a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais por estas prestadas.

Fundo de Compensação do trabalho, do Mecanismo Equivalente e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho

A Lei n.º 70/2012 de 30 de agosto estabelece os regimes jurídicos do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), do Mecanismo Equivalente e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT).

O FCT e o FGCT são fundos autónomos, com personalidade jurídica e não integram o perímetro de consolidação da Segurança Social nem o seu orçamento, são ainda fundos de adesão individual e obrigatória pela entidade empregadora.

11.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2020 e 2019 as rubricas “Clientes” e “perdas por imparidade acumuladas” encontram-se desagregadas da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Créditos a receber		
Utentes	40.718,53	35.459,44
Clientes e Utentes <i>factoring</i>	1.200.389,72	595.430,46
Clientes	1.200.389,72	595.430,46
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas		
Utentes	-	-
Total	1.241.108,25	630.889,90



Descrição	2020	2019
Cientes e Utentes		
ARS CENTRO	240.154,41	505.207,53
Hospitais - SIGIC	893.779,11	35.405,62
Cientes Gerais	17.747,62	1.576,69
Avenças	48.555,58	48.994,92
Seguradoras	153,00	4.245,70
Utentes	40.718,53	35.459,44
Utentes	-	-
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas		
Utentes	-	-
Total	1.241.108,25	630.889,90

O saldo do cliente “ARS Centro” deve-se essencialmente aos valores referentes a dezembro da U.C.C. e a parte dos MCDT's que foram faturados no final do ano, estando o mesmo a ser regularizado a 120 dias (aproximadamente).

O saldo “Hospitais-SIGIC”, é relativo a dívidas de hospitais públicos resultante da atividade cirúrgica desenvolvida pela SCMA, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC), programa de combate às listas de espera para cirurgia

11.3. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Outras Entidades - reembolsos pedidos	11.684,23	11.684,23
Ministério da Educação	10.926,63	20.835,75
ISS - CLDS 4ºG - Anadia Maior	34.685,79	
Outros Devedores	4.433,17	3.428,00
ISS - dif SAD	-	6.019,20
Faturação a ACSS e ARS	628.468,11	504.594,91
Faturação SIGIC	306.447,77	762.218,37
Rendas a cobrar	12.000,00	10.295,00
Ativos correntes detidos para venda		
Casa de Habitação, Moita	15.699,07	-
Casa de Habitação, Espinho	425,24	-
Apartamento, Odivelas	-	143.107,46
Total	1.024.770,01	1.462.182,92

A rubrica “ISS - CLDS 4ºG - Anadia Maior” respeita ao reembolso do valor pedido.

A “Faturação a ACSS e ARS” continua a apresentar um elevado valor pois inclui o montante do acréscimo de rendimentos no valor de 3.058.449,51€ (2.934.576,31€ em 2019), dos quais 2.706.440,06€ (2.699.998,28€ em 2019), dizem respeito à produção



efetuada e ainda não faturada conforme o Acordo de Cooperação celebrado com a ARS, e que se encontra compensado com os adiantamentos efetuados por aquela entidade no montante de 2.429.981,40€ (2.429.981,40€ em 2019), por não serem suscetíveis de retorno, considerando que os serviços foram efetivamente prestados.

A faturação SIGIC corresponde a atos cirúrgicos praticados, ainda não validados pela ARS e por isso não faturados (vide nota 7).

A verba relativa aos Incentivos à produção contratada, carece do cumprimento do Índice Global do Desempenho, tal como definido no Acordo de Cooperação.

Não obstante as solicitações da SCMA, a ARS, a exemplo de anos anteriores, não divulgou a totalidade dos indicadores de desempenho. No entanto, é entendimento da SCMA, que mesmo que os referidos indicadores não sejam atingidos na sua plenitude, não está em causa o pagamento dos Incentivos, a exemplo de anos anteriores

O valor presente rubrica “ativos correntes detidos para venda” no ano de 2020 diz respeito a duas casas de habitação sitas em Moita (Anadia) e Espinho, cuja alienação foi autorizada em Assembleia Geral realizada em 30 de Novembro de 2020, estando quase concluído o processo de alienação relativo à casa de habitação de Espinho.

11.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Seguros a Registrar	13.906,56	15.351,76
Contratos de manutenção	2.632,71	1.669,33
Proteção Dados - Responsável contratado	701,10	701,10
Projeto Gestão de Informação - Sinergi	11.070,00	22.140,00
Total	28.310,37	39.862,19
Rendimentos a reconhecer		
Rendas Cobradas	1.012,40	1.012,40
Quotizações	12.000,00	9.000,00
Total	13.012,40	10.012,40

11.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	1.846,39	1.668,09
Depósitos à ordem	1.097.534,76	1.124.554,37
Depósitos a prazo	500.000,00	600.000,00



Outros - Conta Utentes	(101.358,96)	(136.845,41)
Total	1.498.022,19	1.589.377,05

Em relação aos saldos acima apresentados, deve referir-se o seguinte:

- ✓ A SCMA tem um saldo de 1.846,39€ de caixa distribuído pelos diversos serviços.
- ✓ A conta designada “Outros - Conta Utentes”, cujo saldo se apresenta credor, resulta do registo contabilístico da entrega de disponibilidades por parte de alguns utentes, que solicitam à SCMA a sua gestão. Nesta conformidade, porque esta entrega de meios financeiros se materializa numa conta de depósitos à ordem de disponibilidades que não são pertença da SCMA, na elaboração das presentes DF’s procedeu-se à compensação dos saldos.

11.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01/janeiro/2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31/dezembro/2020
Fundos	920.353,09	-	-	920.353,09
Resultados transitados	2.525.681,99	375.051,77	-	2.900.733,76
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	500.357,63	16.970,85	-	517.328,48
Total	3.946.392,71	392.022,62	-	4.338.415,33

Sobre os movimentos ocorridos no exercício de 2020 salienta-se o seguinte:

- ❖ O aumento na conta dos resultados Transitados resulta da aplicação do resultado de 2019 conforme deliberação em Assembleia Geral de 29 de Junho de 2020.
- ❖ O aumento da rubrica Ajustamentos é resultante de donativos em dinheiro recebidos em 2020

11.7. Financiamentos Obtidos

No ano de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária, foi autorizada a hipoteca do Edifício Hospital José Luciano de Castro com o objetivo de poder contratar um financiamento bancário para fazer face aos elevados gastos inerentes às obras de requalificação do HJLC, nomeadamente as obras na Unidade de Cuidados Continuados e na Medicina Física e de Reabilitação.

Deste modo, foi contratado um financiamento bancário com a Instituição de Crédito – “Caixa Económica Montepio Geral” no montante de 1.000.000,00€, a ser amortizado em 74 prestações mensais, tendo tido o seu início em Agosto de 2018.

Foi constituída hipoteca legal sobre o edifício afeto ao HJLC com um MMA de 4.000.000€.



Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	160.903,56	446.767,04	607.670,60	157.754,64	609.111,23	766.865,87
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	160.903,56	446.767,04	607.670,60	157.754,64	609.111,23	766.865,87
Empréstimos Bancários						
Descrição	2020			2019		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	159.195,27	13.370,25	172.565,52	156.184,45	17.727,15	173.911,60
De um a cinco anos	435.105,08	53.481,00	488.586,08	594.300,35	71.208,15	665.508,50
Mais de cinco anos	-	-	-	159.195,27	13.370,25	172.565,52
Total	594.300,35	66.851,25	661.151,60	909.680,07	102.305,55	1.011.985,62

11.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	397.651,61	455.858,42
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores faturas em receção e conferência	-	-
Total	397.651,61	455.858,42

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores	-	-	-	-	-
Fornecedores c/c	291.938,62	0,00	0,00	163.919,80	455.858,42
	291.938,62	0,00	0,00	163.919,80	455.858,42

Não sendo prática habitual desta Instituição o pagamento a fornecedores num período superior a 90 dias da data das faturas, é possível verificar um saldo de 455.858,42€ que se pode justificar:

- 112.805,62€ referente a obras executadas no HJLC que já se encontram totalmente terminadas, contudo, o referido valor encontra-se reservado a título de garantia;
- 51.114,18€ referente ao Grupo “BMAC”. À data, já se chegou a um entendimento, como tal, irá proceder-se ao “encontro de contas”(valor em dívida do cliente por cedência de espaço: 42.000,00€) regularizando a diferença de 9.114,18€ no decorrer do mês de março de 2021.

11.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto s/ Rendimentos Pessoas Coletivas (IRC)	-	-



Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	8.147,56	6.008,44
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	8.147,56	6.008,44
Passivo		
Imposto s/ Rendimentos Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto s/Rendimentos Pessoas Singulares (IRS)	29.485,45	37.078,77
CGA	11.099,72	12.192,90
Segurança Social	55.654,71	55.498,77
Outras Tributações - FCT e FGCT	1.180,31	900,24
Total	97.420,19	105.670,68

O ativo no valor de 8.147,56€ corresponde ao pedido de restituição de 50% do valor do IVA em todas as faturas da sub-contratação da alimentação.

As restantes rubricas correspondem a encargos referentes ao mês de dezembro cujo pagamento só é exigido nos meses seguintes.

11.10. Outros Passivos Correntes

A rubrica “*Outros passivos correntes*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Remunerações a pagar	-	506.783,16	-	490.083,72
Honorários a liquidar	-	157.945,54	-	196.988,28
Quotização da UMP	-	233.108,24	-	292.112,03
ARS - Taxas Moderadoras	-	130.984,65	-	108.281,38
ARS - Compensação Investimento não amortizado	15.013,77	35.031,92	20.018,33	30.027,36
Outros credores	-	35.398,26	-	19.641,36
Total	15.013,77	1.099.251,77	20.018,33	1.137.134,13

A sub-rubrica “*Remunerações a pagar*”, refere-se a encargos com férias e subsídio de férias a pagar em 2021.

A sub-rubrica “*Honorários a liquidar*” refere-se essencialmente a serviços prestados por colaboradores, cujos serviços foram efetuados em dezembro de 2020, mas que de acordo com as regras em uso apenas foram faturados no início de 2021.

A sub-rubrica “*Quotização da UMP*” refere-se ao reconhecimento do gasto relativo à quota parte dos resultados positivos alcançados na valência hospitalar, nos termos do acordo em parceria celebrado entre a SCMA e a União das Misericórdias Portuguesas (vide nota 11.14).

A sub-rubrica – “*ARS – Taxas Moderadoras*”, refere-se ao valor cobrado aos utentes que tem que ser entregue à ARS conforme estipulado no Acordo de Cooperação.

A sub-rubrica – “*ARS – Compensação Investimento não amortizado*”, refere-se ao valor dos ativos conforme descrito na Nota 4., e que deverá ser paga à ARS durante o período de vigência do Acordo de Cooperação (10 anos com início em 2015).



Handwritten signature and initials in blue ink.

A sub-rubrica “*Outros credores*” respeita fundamentalmente à aplicação do princípio do acréscimo em relação a um conjunto de despesas (eletricidade, água e outras), que são gastos de 2020 mas que apenas foram faturadas em 2021.

11.11. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	504.517,18	457.427,85
Serviços especializados	1.349.019,84	1.736.058,89
Materiais	63.879,21	41.869,73
Energia e fluídos	199.955,12	201.838,18
Deslocações, estadas e transportes	1.590,74	5.882,80
Serviços diversos (*)	89.237,78	93.293,48
Seguros	31.859,13	26.290,15
Comunicação	18.969,54	19.873,61
Limpeza, higiene e conforto	18.368,07	14.643,39
Total	2.208.199,87	2.536.370,93

11.12. Outros Rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Descontos de pronto pagamento obtidos	3.098,81	2.614,88
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	47.228,38	43.867,68
Outros rendimentos e ganhos	11.363,00	14.651,57
Total	61.690,19	61.134,13

A rubrica “*Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros*” refere-se ao valor das rendas cobradas do património imobiliário que se encontra em regime de arrendamento.

A rubrica “*Outros rendimentos e ganhos*” inclui essencialmente donativos em espécie no valor de 6.782,90€ (5.356,08€ em 2019) e rendimentos financeiros no valor de 16.970,85€ (3.228,72€ em 2019).

Mecenas	Bem Doado	Valor
Sr. José Paulo	Em dinheiro	4.860,85€
Diversos Fornecedores	Em dinheiro	10.700,00€
Diversos	Em dinheiro	1.410,00€
Total		16.970,85€

11.13. Outros Gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Taxas	2.364,62	2.219,79
Descontos de pronto pagamento concedidos	41,51	48,38



Gastos e perdas investimentos não financeiros	5.796,25	5.499,99
Outros Gastos e Perdas	8.343,65	2.367,44
Quotizações à UMP	236.108,24	295.112,02
Total	252.654,27	305.247,62

A sub-rubrica “Quotizações à UMP” no montante de 236.108,24€ (295.112,02€ em 2019) refere-se ao reconhecimento do gasto do ano de 2020, referente à quota parte dos resultados positivos alcançadas na valência hospitalar, nos termos do acordo em parceria celebrado entre a SCMA e a União das Misericórdias Portuguesas (vide nota 11.11).

11.14. Juros e Rendimentos similares Obtidos

A rubrica de “Juros e rendimentos similares obtidos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.322,67	3.359,37
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	1.322,67	3.359,37

11.15. Juros e Rendimentos similares Suportados

A rubrica de “Juros e rendimentos similares suportados” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	12.383,02	17.727,15
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	12.383,02	17.727,15

O valor apresentado refere-se na globalidade a juros referentes ao financiamento bancário contraído em 2017 no montante de 1.000.000,00€.

11.16. Acontecimentos após a data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2020 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 15 de Março de 2021.



Anexo Auxiliar

1. Demonstração de Resultados por Natureza – Saúde/Social/Cultura/Projeto “Anadia Maior”

	Saúde	Social	Cultura	"Anadia Maior"	Total
Vendas e serviços prestados	5.135.719,81	893.704,72	0,00	0,00	6.029.424,53
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	985.448,76	0,00	50.093,79	1.035.542,55
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-394.364,31	-118.670,73	0,00	-130,40	-513.165,44
Fornecimentos e serviços externos	-1.868.503,69	-417.035,54	-2.061,87	-8.602,66	-2.296.203,76
Gastos com pessoal	-2.043.005,06	-1.566.180,75	-15.697,42	-46.556,50	-3.671.439,73
Outras imparidades (perdas)	0,00	26,44	0,00	0,00	-26,44
Outras imparidades (reversões)	0,00	-860,92	0,00	0,00	-860,92
Outros rendimentos	1.846,32	127.227,23	0,00	0,00	129.073,55
Outros gastos	-246.514,37	-6.139,90	0,00	0,00	-252.654,27
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	585.178,70	-102.480,69	-17.759,29	-5.195,77	459.742,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-139.880,36	-102.149,56	0,00	0,00	-242.029,92
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	445.298,34	-204.630,25	-17.759,29	-5.195,77	217.713,03
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	93,22	0,00	0,00	93,22
Juros e gastos similares suportados	-12.383,02	0,00	0,00	0,00	-12.383,02
Resultado Antes de Impostos	432.915,32	-204.537,03	-17.759,29	-5.195,77	205.423,23
Resultado Líquido do Período	432.915,32	-204.537,03	-17.759,29	-5.195,77	205.423,23

[Handwritten signatures]



2. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo

	2020	2019
Vendas e serviços prestados	6.029.424,53	6.429.728,43
Subsídios, doações e legados à exploração	1.035.542,55	902.024,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.	-513.165,44	-527.087,43
Fornecimentos e serviços externos	-2.296.203,76	-2.614.967,52
Gastos com pessoal	-3.671.439,73	-3.379.882,52
Outras imparidades (perdas)	-26,44	19,93
Outras imparidades (reversões)	-860,92	-
Outros rendimentos	129.073,55	128.517,49
Outros gastos	-252.654,27	-305.247,62
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	459.742,95	633.104,77
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-242.029,92	-243.685,22
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	217.713,03	389.419,55
Juros e gastos similares obtidos	93,22	3.359,37
Juros e gastos similares suportados	-12.383,02	-17.727,15
Resultado Antes de Impostos	205.423,23	375.051,77
Resultado Líquido do Período	205.423,23	375.051,77







3. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo Saúde

	2020	2019
Vendas e serviços prestados	5.135.719,81	5.483.296,62
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.	-394.364,31	-446.209,46
Fornecimentos e serviços externos	-1.868.503,69	-2.170.244,19
Gastos com pessoal	-2.043.005,06	-1.871.248,85
Outros rendimentos	1.846,32	724,46
Outros gastos	-246.514,37	-297.695,81
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	585.178,70	698.622,77
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-139.880,36	-138.401,84
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	445.298,34	560.220,93
Juros e gastos similares suportados	-12.383,02	-17.727,15
Resultado Antes de Impostos	432.915,32	542.493,78
Resultado Líquido do Período	432.915,32	542.493,78






4. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo Social

	2020	2019
Vendas e serviços prestados	893.704,72	946.431,81
Subsídios, doações e legados à exploração	985.448,76	902.024,01
ISS, IP - Centros Distritais	971.809,62	895.576,02
Outros	13.639,14	6.447,99
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.	-118.670,73	-80.877,97
Fornecimentos e serviços externos	-417.035,54	-441.932,40
Gastos com pessoal	-1.566.180,75	-1.481.020,23
Outras imparidades (perdas)	26,44	19,93
Outras imparidades (reversões)	-860,92	0,00
Outros rendimentos	127.227,23	127.793,03
Outros gastos	-6.139,90	-7.535,41
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	-102.480,69	-35.097,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-102.149,56	-105.283,38
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	-204.630,25	-140.380,61
Juros e rendimentos similares obtidos	93,22	3.359,37
Resultado Antes de Impostos	-204.537,03	-137.021,24
Resultado Líquido do Período	-204.537,03	-137.021,24



5. Demonstração de Resultados por Natureza – Áreas Funcionais

	Saúde	Infância	Terceira Idade	Cultura	"Anadia Maior"	TOTAL
Vendas e serviços prestados	5.135.719,81	69.147,90	824.556,82	0,00	0,00	6.029.424,53
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	268.439,67	717.009,09	0,00	50.093,79	1.035.542,55
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.	-394.364,31	-5.070,03	-113.600,70	0,00	-130,40	-513.165,44
Fornecimentos e serviços externos	-1.868.503,69	-52.967,39	-364.068,15	-2.061,87	-8.602,66	-2.296.203,76
Gastos com pessoal	-2.043.005,06	-324.057,22	-1.242.123,53	-15.697,42	-46.556,50	-3.671.439,73
Outras imparidades (perdas)	0,00	6,89	19,55	0,00	0,00	26,44
Outras imparidades (reversões)	0,00	-50,00	-810,92	0,00	0,00	-860,92
Outros rendimentos	1.846,32	23.526,05	103.701,18	0,00	0,00	129.073,55
Outros gastos	-246.514,37	-1.047,77	-5.092,13	0,00	0,00	-252.654,27
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	585.178,70	-22.071,90	-80.408,79	-17.759,29	-5.195,77	459.742,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-139.880,36	-14.354,64	-87.794,92	0,00	0,00	-242.029,92
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	445.298,34	-36.426,54	-168.203,71	-17.759,29	-5.195,77	217.713,03
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	17,68	75,54	0,00	0,00	93,22
Juros e gastos similares suportados	-12.383,02	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.383,02
Resultado Antes de Impostos	432.915,32	-36.408,86	-168.128,17	-17.759,29	-5.195,77	205.423,23
Resultado Líquido do Período	432.915,32	-36.408,86	-168.128,17	-17.759,29	-5.195,77	205.423,23

[Handwritten signatures]



6. Demonstração de Resultados por Natureza – Saúde

	UCC	Bloco Operatório	Consulta Externa	Fisioterapia	Cardiologia	Consulta Aberta	Imagiologia	Total
Vendas e serviços prestados	1.373.598,84	2.780.588,78	520.733,94	225.243,55	60.871,95	123.170,76	51.511,99	5.135.719,81
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.	-93.864,11	-253.288,95	-29.871,77	-13.708,08	-1.150,05	-1.075,70	-1.405,65	-394.364,31
Fornecimentos e serviços externos	-448.763,50	-785.136,74	-288.360,44	-113.283,13	-53.654,79	-98.588,27	-80.716,82	-1.868.503,69
Gastos com pessoal	-717.888,43	-584.628,41	-257.687,37	-268.069,08	-28.533,34	-72.036,64	-114.161,79	-2.043.005,06
Outros rendimentos	1.846,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.846,32
Outros gastos	-46.538,19	-51.421,54	-39.572,17	-37.092,87	-16.504,21	-35.269,16	-20.116,23	-246.514,37
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	68.390,93	1.106.113,14	-94.757,81	-206.909,61	-38.970,44	-83.799,01	-164.888,50	585.178,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-24.763,79	-81.017,07	-6.236,09	-18.480,96	-341,06	-2.652,64	-6.388,75	-139.880,36
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	43.627,14	1.025.096,07	-100.993,90	-225.390,57	-39.311,50	-86.451,65	-171.277,25	445.298,34
Juros e rendimentos similares suportados	-8.073,22	0,00	0,00	-4.309,80	0,00	0,00	0,00	-12.383,02
Resultado Antes de Impostos	35.553,92	1.025.096,07	-100.993,90	-229.700,37	-39.311,50	-86.451,65	-171.277,25	432.915,32
Resultado Líquido do Período	35.553,92	1.025.096,07	-100.993,90	-229.700,37	-39.311,50	-86.451,65	-171.277,25	432.915,32



7. Demonstração de Resultados por Natureza – Social

	ERPI José L. Castro	ERPI Seabra Castro	CENTRO DE DIA	APOIO DOMICILI.	CRECHE	PRÉ- ESCOLAR	TOTAL
Vendas e serviços prestados	306.969,06	393.071,25	46.458,20	78.058,31	33.848,13	35.299,77	893.704,72
Subsídios, doações e legados à exploração	193.680,62	242.787,52	56.938,10	223.602,85	144.717,49	123.722,18	985.448,76
ISS, IP - Centros Distritais	193.680,62	242.787,52	56.938,10	223.602,85	144.717,49	123.722,18	985.448,76
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.	-48.051,48	-47.665,25	-6.664,73	-11.219,24	-2.186,70	-2.883,33	-118.670,73
Fornecimentos e serviços externos	-115.297,86	-138.404,77	-31.216,33	-79.149,19	-20.998,61	-31.968,78	-417.035,54
Gastos com pessoal	-417.168,97	-478.208,53	-156.704,26	-190.041,77	-183.380,45	-140.676,77	-1.566.180,75
Outras imparidades (perdas)	8,69	0,00	5,79	5,07	2,90	3,99	26,44
Outras imparidades (reversões)	0,00	0,00	0,00	-810,92	0,00	-50,00	-860,92
Outros rendimentos	29.628,06	36.183,11	19.720,97	18.169,04	9.966,31	13.559,74	127.227,23
Outros gastos	-48,00	-3.023,95	-804,19	-1.215,99	-491,16	-556,61	-6.139,90
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	-50.279,88	4.739,38	-72.266,45	37.398,16	-18.522,09	-3.549,81	-102.480,69
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-20.016,76	-22.283,49	-22.803,30	-22.691,37	-6.044,06	-8.310,58	-102.149,56
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	-70.296,64	-17.544,11	-95.069,75	14.706,79	-24.566,15	-11.860,39	-204.630,25
Juros e rendimentos similares obtidos	22,40	25,13	14,93	13,08	7,46	10,22	93,22
Resultado Antes de Impostos	-70.274,24	-17.518,98	-95.054,82	14.719,87	-24.558,69	-11.850,17	-204.537,03
Resultado Líquido do Período	-70.274,24	-17.518,98	-95.054,82	14.719,87	-24.558,69	-11.850,17	-204.537,03

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ANADIA**, (adiante designada por “SCMA” ou “Entidade”) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 6.773.859 euros e um total de fundos patrimoniais de 4.543.839 euros, incluindo um resultado líquido de 205.423 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISA”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota 11.3 do Anexo às Demonstrações Financeiras, no âmbito da atividade hospitalar desenvolvida, que se encontra regulada pelo Acordo de Cooperação celebrado com a ARS Centro, a SCMA ainda não procedeu à emissão das faturas dos serviços prestados em 2020, tendo recebido os adiantamentos contratualizados, razão pela qual na apresentação dos saldos à face do balanço, se procedeu à respetiva compensação. Adicionalmente, na determinação do rédito relativo à valência saúde (vide nota 7 do Anexo),

não obstante a natureza e diversidade da prestação dos serviços, o relacionamento com as entidades contratantes e o elevado nível de estimativas, não é expectável que venham a ocorrer diferenças significativas face para os montantes registados, considerando (i) o nível de prudência incorporado nas mesmas, (ii) o facto dos serviços terem sido efetivamente prestados e ainda (iii) a fiabilidade que as referidas estimativas tem vindo historicamente a revelar.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Coimbra, 19 de março de 2021

M. Silva, P. Caiado, P. Ferreira & Associados, SROC, Lda

Representada por


João Paulo Ferreira (ROC)